

AValiação Científica: a visão do pesquisador¹

SCIENTIFIC EVALUATION: the view of the researcher

Gustavo Henrique Freire²
Joana Coeli Ribeiro Garcia³

1 INTRODUÇÃO

Em todas as atividades cotidianas vivencia-se cada vez mais a presença da ciência e da tecnologia. Seja na pesquisa básica, seja no desenvolvimento de produtos e serviços para o bem estar da humanidade, somos beneficiados com os resultados da pesquisa científica, com maior rapidez na atualidade, do que em outras fases precedentes. A dinâmica da ciência e sua conseqüente popularização estão ligadas ao crescimento informacional que ganha impulso a partir dos anos 40, e culmina com o surgimento da Ciência da Informação como disciplina acadêmica. O crescimento exponencial da literatura científica e as formas possíveis de acompanhar tal crescimento originam uma nova etapa em que o cientista é o primeiro a se preocupar em obter medidas que possam revelar a produção científica veiculada.

São então criados indicadores, como elementos para avaliar a produção científica, e se apresentam no contexto atual, como uma necessidade premente para mensurá-la e conseqüentemente mapear a atividade científica de um país, de uma determinada instituição de pesquisa, de uma área do conhecimento e de um pesquisador. Como instrumentos para os governos, principalmente os dos países periféricos que dispõem de recursos limitados, indicam onde o investimento em pesquisa pode ser alocado com resultados mais eficientes, inclusive para vencer o *gap* de desenvolvimento. Para as instituições de pesquisa fornecem elementos para quantificar os níveis de produtividade, estabelecendo uma hierarquização que além de ser utilizada na distribuição dos recursos financeiros destinados à pesquisa, apontam para o nível de excelência dessas instituições. Já para a área de conhecimento fornecem o *ranking* das tendências de pesquisa desenvolvidas pelo corpo de pesquisadores que atuam numa determinada área e estabelecem parâmetros de produção entre eles.

Em qualquer das características citadas, geralmente a avaliação se realiza de forma externa por pares, comitês e/ou instituições, enquanto as auto-avaliações e as avaliações internas, mesmo incentivadas, ocorrem em pequena escala. No Brasil, a *Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) é responsável

¹ Este artigo origina-se em entrevista realizada por Gustavo Henrique Freire como parte da monografia de conclusão da disciplina Representação da Informação para a Produtividade Científica, ministrada pela Professora Dra. Rosali Fernandez de Souza em colaboração com o Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do convênio Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT).

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do convênio Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT). Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Paraíba (DBD/UFPB).

pela atividade de fomento da pós-graduação e em consequência da qualificação do ensino superior e da pesquisa, desenvolvendo e aprimorando há mais de vinte anos um *Sistema de Avaliação* (SAV) da pós-graduação que é considerado modelo na América Latina.

Neste artigo, objetivamos provocar uma reflexão sobre a avaliação da Ciência da Informação e da referida agência de fomento. Usamos o testemunho de pesquisador da Ciência da Informação, enquanto profissional que avalia e ao mesmo tempo é avaliado, para deixar fluir uma visão sobre tal processo, particularmente da área em que atua. O testemunho enquanto técnica própria das ciências humanas de colher informações permite que acontecimentos produzidos no cotidiano dos afazeres, tais como conversas e debates da vida acadêmica sejam particularmente utilizados e possam ser registrados, reproduzidos e difundidos.

A pesquisadora e professora Doutora Regina Maria Marteleto é escolhida por sua reconhecida competência e experiência no campo científico, além de fazer parte do corpo de pesquisadores/professores do Departamento de Ensino e Pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (DEP/IBICT), em que se situa o curso pioneiro no Brasil e, ainda, por sua participação no ano 2000, da avaliação continuada dos Programas de Pós-Graduação da CAPES, período 1998/2000. Seu testemunho, uma reconversão do “olhar de dentro” versus o “olhar de fora”, é oportuno porquanto enfoca especialmente opiniões e percepções sobre o curso do qual é integrante ao tempo em que oferece uma visão da área. O trânsito que mantém com alguns cursos com os quais tem colaborado e sua participação no comitê da CAPES ampliam o conhecimento que detém sobre a área ao mesmo tempo em que permite refletir sobre a avaliação da agência referida.

A CAPES como balizadora dos critérios se justifica por sua ampla experiência na avaliação de programas de pós-graduação, por seu reconhecimento internacional e por que a maior parte da produção científica brasileira está ligada às universidades, e aos institutos que desenvolvem atividades integradas de ensino e pesquisa em programas de pós-graduação. Intencionalmente a entrevista, embora controlada, não atenta para os indicadores de área, utilizados pela CAPES, não significando que não tenham sido abordados pela professora/pesquisadora.

2 AVALIAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO e CAPES

O roteiro de entrevista com a Doutora Regina Maria Marteleto baseou-se em temas especialmente escolhidos para enfatizar, tanto as questões da avaliação, quanto da própria Ciência da Informação, entendendo que há elementos e perspectivas que podem ser adotadas individualmente ou em grupo para a consolidação da área. É importante destacar que ao responder sobre tais temas a entrevistada também se reporta a CAPES, já que não é possível referir-se à avaliação e à Ciência da Informação no contexto da pós-graduação, sem que se pense também nos critérios de avaliação utilizados por este órgão.

Os assuntos abordados são apresentados em forma de citações, tentando criar uma rede dialógica/conceitual⁴ da visão do pesquisador com os temas selecionados anteriormente, e constitui-se nos seguintes:

- . A relevância do tema avaliação;
- . A pesquisa e a produção do conhecimento;
- . A avaliação da Ciência da Informação;
- . Os critérios utilizados pela CAPES para avaliação da área;
- . A comunicação científica na Ciência da Informação.

3.1 Relevância da Avaliação

Se a ciência faz parte do cotidiano dos cidadãos, é necessário que a sociedade possa participar dos processos de avaliação da ciência, já que esta se faz presente e influencia a vida das pessoas com suas descobertas e aplicações. Se a sociedade se beneficia de seus produtos e serviços, faz-se também necessário que esta mesma sociedade diga aos cientistas quais as suas reais necessidades para que a avaliação se dê a partir destes critérios. Segundo a percepção de Marteleto:

A ciência deve ser avaliada e deve-se expandir os instrumentos de avaliação para que eles não sejam endógenos, ou seja, para que não se tornem instrumentos de auto-avaliação. Temos que ter outros instrumentos, através dos quais a sociedade possa avaliar a ciência. Por isso, os instrumentos precisam ser melhorados, mas não eliminados (MARTELETO, 2001).

Conseqüentemente, haverá uma aproximação real entre a sociedade e a comunidade científica e também melhor usufruto dos benefícios. Neste sentido os instrumentos deverão servir para que:

[...] a sociedade avalie a ciência, pois hoje temos pesquisas que tocam profundamente a vida das pessoas, no íntimo das pessoas, na própria permanência da vida social, da vida no planeta, na vida biológica. Devem existir fóruns em diferentes segmentos e espaços da sociedade para fazer avaliação do trabalho científico. A ciência deveria se abrir cada vez mais para outros tipos de avaliação, não apenas número de artigos e determinados títulos de periódicos. Hoje a publicação na mídia tem que ser muito valorizada [...] o que se faz na ciência tem que estar cada vez mais claro, mais aberto para a sociedade (MARTELETO, 2001).

3.2 Pesquisa e Produção do Conhecimento

A produção científica brasileira tem sido objeto de interesse de vários pesquisadores que visam subsidiar as políticas de apoio à produção científica. Meis & Leta (1996) afirmam que para as políticas de ciência e tecnologia (C&T) serem implementadas é necessário conhecer:

- . Quantos cientistas existem;
- . Quais as áreas do conhecimento em que atuam;

4 Segundo Bakhtin "A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa".

- . Onde se localizam;
- . Em quais áreas publicam;
- . Se há qualidade nos trabalhos publicados.

Os quatro primeiros itens podem tanto ser conseguidos através da realização de um censo nas *Instituições de Ensino Superior* (IES), visto que no Brasil 89% dos cientistas estão empregados nestas instituições (Veja, 2001) e são responsáveis pela quase totalidade da produção científica brasileira, quanto através da Plataforma Lattes que o *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq) disponibiliza no endereço www.cnpq.br. Enquanto a última questão, objeto de muitas e incansáveis discussões e controvérsias, implica julgamento pessoal por parte dos comitês de avaliação num contexto mais amplo e pelos *peer reviews*, no caso da produção dos pesquisadores, submetida aos periódicos. Outra possibilidade de aferição se dá via análise de conteúdo das bases de dados visto que nelas estão arrolados os periódicos mais representativos de cada área. Para manter e garantir o padrão de qualidade dos produtos e serviços que disponibilizam, algumas delas monitoram os periódicos que incorporam o que pode significar avaliação da qualidade dos artigos.

Ao sintetizar a pesquisa sobre produção científica brasileira, os autores referidos concluem que:

- . A ciência brasileira cresceu no período de 1981 a 1993;
- . Existe uma correlação entre o crescimento da pós-graduação e o crescimento da ciência no país;
- . Apesar de representar uma parcela pequena da produção científica mundial (0,57% em 1993), as publicações brasileiras seguem a mesma tendência das publicações mundiais com ênfase nas ciências da vida;
- . Tanto no Brasil como no mundo há pouca ênfase nas questões relacionadas ao meio ambiente e às ciências da terra;
- . A maior discrepância encontrada entre a produção científica brasileira e a mundial, foi na área de ciências humanas e artes;
- . A maioria das publicações científicas provém das universidades do Sudeste, a região com maior densidade demográfica.
- . Com uma contribuição/ano de publicações científicas, menor que 1% em relação ao mundo, a ciência brasileira vem sendo alvo de críticas;
- . Apesar de apresentar pequenos números em relação à média mundial, a contribuição brasileira vem aumentando, em especial na qualidade dos trabalhos, assemelhando-se à média mundial. (MEIS; LETA, 1996).

Resultados semelhantes são apresentados por Targino e Garcia (2000) ao analisar a ciência brasileira através da inclusão de títulos de periódicos brasileiros na base de dados do *Institute for Scientific Information* (ISI), considerada a referência mundial, porquanto cobre os diferentes campos do saber além de aceitar documentos de tipologia diversa. Os resultados da citada pesquisa indicam também um crescimento real da ciência brasileira, mas ao serem comparados com a produção de outros países, tendem a diminuir (0,21%). Dentre os títulos analisados, 17, em 1998 (atualmente 21), as ciências da vida são as mais produtivas com 64,70%, sendo a região Sudeste a que mais contribui (82,35%) para tal crescimento. As ciências humanas e sociais são as que apresentam um percentual menor (11,77%) com a inserção de apenas dois títulos de

periódicos na base de dados do ISI. Portanto, ao compararmos dados desta área com dados mundiais, encontramos aí a maior discrepância em termos de produção científica. Embora existam diferenças e peculiaridades entre as diversas áreas do conhecimento, produzir ciência pressupõe regras determinadas, um formato reconhecido por pares, com a possibilidade de associação do ensino à pesquisa, um processo dinâmico e renovado, em que as idéias trazidas por alunos e discutidas em sala de aula, origem novos temas e questões de pesquisa, haja vista que grande parte da ciência brasileira está ligada às universidades e, por via de consequência, aos programas de pós-graduação.

Não podemos dissociar o trabalho da pesquisa do trabalho da aprendizagem. No trabalho de pesquisa, ao mesmo tempo em que estou criando conhecimento, estou também fazendo com que as pessoas o adquiram. Os alunos da graduação e da pós-graduação estão construindo o seu próprio conhecimento e adquirindo instrumentos para sua sistematização. Eles são incentivados a produzir não para mostrar produção, mas para se expor, para adquirir experiência no modo de construir conhecimento científico (MARTELETO, 2001).

3.3 Avaliação da Ciência da Informação

A Ciência da Informação no Brasil organiza-se no âmbito do *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* (IBICT) com objetivo de produzir bibliografias e organizar as informações como parte de uma política voltada para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. Em 1970 cria-se o Curso de Mestrado em Ciência da Informação, com disciplinas voltadas para a C&T. A partir de 1983, em convênio celebrado com a *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ), origina-se o *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação* (PPGCI), incluindo o doutorado, operacionalizado junto à *Escola de Comunicação* (ECO), com objetivo de ampliar as pesquisas já desenvolvidas no curso de mestrado e adotando um enfoque político, social, econômico e cultural para as questões da informação e do conhecimento. A partir dos cursos do IBICT organizam-se em outros estados brasileiros cursos de pós-graduação na área, ou constituem-se linhas de pesquisa em áreas conexas, como a Comunicação, por exemplo.

Apesar do tempo decorrido a avaliação da Ciência da Informação revela uma área que ainda caminha para a maturidade e que não deveria estar centrada somente em informação científica e tecnológica já que segundo Marteleto: “*a informação científica e tecnológica só existe porque existem necessidades sociais*”. E ao definir a Ciência da Informação a entrevistada diz que ela é:

Uma área que se diz interdisciplinar, mas pratica pouco a interdisciplinaridade e que às vezes entende a interdisciplinaridade como a simples citação a conceitos de outra área. A interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade, e a transdisciplinaridade requerem real comunicação e trabalho conjunto de pesquisadores de diferentes áreas onde ocorre uma migração dos conceitos. Essa migração tem que ser feita de maneira sustentada, discutida, e não de uma maneira tímida, incorporando um ou outro conceito que muitas vezes não tem nenhuma operacionalidade na pesquisa. A área é tímida e conservadora porque ela não se lança para novas questões, é uma área que está sempre referenciada pelo registro, pela biblioteca, pelo lugar físico onde estão as informações (MARTELETO, 2001).

A timidez da Ciência da Informação não a torna conhecida por outras áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo aponta para a necessidade de espaço apropriado para a discussão acadêmica, em que a comunidade se posicione.

Espaço onde a interlocução e a discussão crítica se façam. Será que é o CNPq ou a CAPES que vão funcionar como um tribunal para dizer o que é ou não é Ciência da Informação? Somos nós que temos de dizer, não é no momento de avaliação dos projetos que esta questão tem que aparecer, ela tem que ser discutida nos foros da área, nos encontros científicos. Uma discussão permanente para gerar massa crítica e expandir fronteiras da Ciência da Informação com qualidade, em que a migração conceitual entre disciplinas seja feita de maneira conseqüente. O pesquisador, no momento em que submete seu projeto aos órgãos de fomento, sente-se às vezes como se estivesse diante de um tribunal, e não sendo avaliado por um par que tem conhecimento do seu trabalho. Mas não estou culpando o outro nem achando que ele está agindo de má fé, isso é **conseqüência da configuração, do modo de ser e da maturidade acadêmica e científica da área.** (MARTELETO, 2001) (Grifo nosso)

Ao se referir especificamente ao **Curso de Ciência da Informação do IBICT/UFRJ**, do qual é integrante, a pesquisadora reconhece a abertura que este desenvolve. Mas se por um lado isto é considerado positivo, por outro provoca dificuldades entre os integrantes das agências de fomento em aceitar e entender esta postura e avaliar projetos.

Eu diria que existem programas de pós-graduação no Brasil que têm um patamar de aprofundamento, de posicionamento crítico das questões de informação um pouco mais avançado, que abrem mais a lente, ampliam o campo do fenômeno da informação. Isto fica claro na avaliação da CAPES e nas dissertações e teses dos alunos, por exemplo. Por outro lado trabalhar dessa forma implica, às vezes, mau entendimento pelos pares e/ou consultores sobre o trabalho que está sendo desenvolvido. Surge a questão: isto é ou não é Ciência da Informação? Qual é o limite para um decisor, um avaliador do CNPq ou da CAPES resolver? O avaliador está também dentro de uma confusão temática, de uma demarcação de área, que ele entende de uma forma diversa dos pesquisadores (MARTELETO, 2001).

3.4 A CAPES e os Critérios de Avaliação

Na América Latina o melhor exemplo de avaliação científica, utilizando a junção de métodos quantitativos e qualitativos é, segundo Velho (1994), o que é realizado pela CAPES, que atua como um órgão que ajuda o governo na formulação de políticas de pós-graduação, já que avalia os programas desenvolvidos no país. De maneira geral, a CAPES tem as seguintes finalidades:

- . Elaborar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação;
- . Acompanhar e coordenar a sua execução;
- . Elaborar planos de atuação setoriais ou regionais;
- . Promover estudos e avaliações necessários ao desempenho de suas atividades;
- . Fomentar estudos e atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para o desenvolvimento e consolidação das instituições de ensino superior;
- . Apoiar o processo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional;

- . Manter intercâmbio e contato com outros órgãos da Administração Pública ou entidades privados nacionais e internacionais, visando à celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes relativos à consecução de seus objetivos.

Para cumpri-las especificamente no que se refere aos cursos de pós-graduação desenvolve o sistema de avaliação de tais cursos, utilizando os critérios que se seguem:

- . Proposta do programa - Procura-se observar a coerência entre o programa, as áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e estrutura curricular, assim como a produção intelectual docente e discente. Todos os itens devem estar relacionados à proposta do programa e refletir de maneira clara e explícita seu objetivo.
- . Corpo docente - Analisa a formação dos professores, considerando sua titulação, instituição onde fez a pós-graduação. Recomenda-se que os professores sejam doutores e pós-doutores e estejam desenvolvendo projetos de pesquisa.
- . Atividades de pesquisa - Pesquisas desenvolvidas por professores e alunos que devem estar relacionadas à proposta do programa e que reflitam e concretizem as linhas de pesquisa.
- . Atividades de formação – Oferta das disciplinas em relação ao conteúdo do programa do curso.
- . Corpo discente – Considera a relação alunos ingressos/egressos e ainda professor/aluno.
- . Teses e dissertações - Número de teses e dissertações defendidas. Não faz análise qualitativa dos trabalhos.
- . Produção intelectual - Publicações produzidas pelos docentes, mínima de dois itens ano, e discente não limitada apenas às teses e dissertações, mas valorizando-se publicações e apresentações de trabalhos desde que vinculados às atividades de formação.

Apesar da CAPES estar atenta ao processo de avaliação, procurando aperfeiçoar seus métodos, e aproximar-se cada vez mais de abordagens qualitativas, ainda se pode observar, de acordo com os critérios indicados, alguns problemas que parecem ser falta de contextualização das particularidades de cada curso. Em relação a tais critérios existem alguns pontos no processo de avaliação que necessitam ser repensados, porquanto:

A CAPES diz que vê com bons olhos a expansão, tanto quantitativa quanto qualitativa da pós-graduação, a expansão da atividade científica. Mas por outro lado, os quesitos de avaliação adotados privilegiam os cursos de pós-graduação que têm propostas menos abertas. O primeiro quesito Proposta do Programa deseja perceber a integração e a relação existente entre a proposta geral do programa, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa, os núcleos de pesquisa, projetos de pesquisa, os projetos dos alunos. A integração, assim entendida, é mais visível nos programas que possuem proposta pouco aberta em relação às linhas de pesquisa e aos projetos. Os programas mais abertos em relação às propostas temáticas de pesquisa, à demanda e ao perfil diversificados dos alunos, embora estejam dessa forma abrindo novas frentes de pesquisa e assim concorrendo para a expansão da área de Ciência da Informação encontram maior dificuldade quanto ao atendimento e/ou entendimento desse quesito (MARTELETO, 2001).

Uma tentativa de se aproximar mais da realidade dos cursos é a avaliação por áreas do conhecimento, em que se busca, com a ajuda de consultores de diferentes instituições de reconhecida qualificação, contextualizar determinados programas de áreas específicas.

Esse sistema de avaliação vem sendo construído há muitos anos, e é um sistema que no meu entender vem se aperfeiçoando muito e de uns anos para cá eu diria de cinco anos para cá [...] a própria comunidade dentro de cada área do conhecimento é que define. A CAPES estabelece critérios gerais de avaliação e cada área do conhecimento adapta e define esses critérios dentro do quadro e das realidades de cada área específica. Com isso o processo vai se enriquecendo muito porque cada documento de área é o retrato daquela área ao mesmo tempo em que guarda os grandes parâmetros da avaliação da CAPES. A própria comunidade científica está fazendo esta contextualização. Isto foi um ganho muito grande porque a avaliação tem certa maleabilidade, flexibilidade e dessa forma pode refletir de maneira mais próxima à situação de cada área do conhecimento dentro da sua especificidade (MARTELETO, 2001).

Há orientações indicadas pela CAPES (2000) que se encontram divulgadas e pela relevância, o atendimento dessas exigências pode contribuir para a melhoria na elaboração dos relatórios dos programas. Como há outros que necessitam de reflexão por parte da comunidade da área para oferecer sugestões. Exemplificando: o relatório da Reunião de Coordenadores de Programas em Ciência da Informação na CAPES, em maio de 2002, divulgado na lista da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação* (ANCIB) refere-se à avaliação qualitativa das dissertações e teses que a CAPES admite não realizar. No citado documento existe uma proposta de avaliação por parte da CAPES, “a título de teste”, oferecendo as seguintes possibilidades: amostragem ao acaso; escolha pelo programa; ou seleção das duas melhores. É importante observar que ao ler e analisar as teses e dissertações, os participantes da banca examinadora (membros do programa e membro externo de acordo com exigência da CAPES) estão analisando o conteúdo dos trabalhos apresentados, ou seja, estão fornecendo conceitos aos mestrandos ou doutorandos em função da qualidade de seus trabalhos. Sendo assim, as teses e dissertações passam por uma avaliação qualitativa, não diretamente executada pela CAPES, mas atendendo a sua determinação pelo menos no caráter de formação de tais bancas.

Outro aspecto diz respeito à realização da avaliação pelo *Conselho Técnico Consultivo* (CTC). Não se constituiria num retrocesso uma avaliação realizada numa forma padrão como a que está sendo proposta? Ora, se ainda não atingimos o desenvolvimento de forma igualitária em áreas e regiões, parece que a avaliação de todos os cursos pelo CTC acabaria por punir aquelas que ainda demandam tal desenvolvimento. Se o que se pretende é minimizar a “cultura” da área, há sugestões indicadas em relatório divulgado em 1997, quando da avaliação internacional da CAPES. A comissão de então recomenda incluir nos comitês “um representante de outra disciplina e, sempre que possível, um representante de outro país que seja da disciplina”. (CAPES, 1997, p. 4-5).

3.5 A Comunicação da Ciência da Informação

Inicialmente, na Ciência da Informação havia uma prática de entrosamento e participação de pesquisadores de temáticas específicas, com outros programas e também com outros países o que deveria ser mantido e incentivado. A presença dos estrangeiros na implementação dos primeiros cursos e na orientação dos primeiros alunos foi decisiva, mas não é mais praticada, o que de certa forma interfere nos programas de permuta. Esta necessidade é expressa nos seguintes termos:

Falta muito a presença do pesquisador estrangeiro nos programas de pós-graduação e é o contato do pesquisador brasileiro no exterior que promove essa migração de estrangeiros. A própria interlocução entre os programas no próprio país ainda é muito tímida. (MARTELETO, 2001).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O testemunho da pesquisadora convoca os profissionais da área para ampliação da rede conceitual, proporcionando assim maiores oportunidades de pesquisa e de interlocução com outros atores de áreas do conhecimento diversas, sugere algumas situações e indica soluções que podem ser adotadas pelos cursos de pós-graduação da Ciência da Informação.

Acreditamos que a partir do discurso, fio condutor deste artigo, possam ser deflagradas reflexões que discutidas na comunidade contribuam para o aperfeiçoamento do processo de avaliação da CAPES, já que como todo processo ele se acha em permanente construção e, conseqüentemente, a área da Ciência da Informação também possa dele se beneficiar, até porque:

[...] temos, nesta pós-graduação, enquanto vanguarda de uma área que é chamada no próprio documento de tímida e conservadora, a responsabilidade enquanto curso pioneiro de fazer com que ela avance [...] que os outros cursos possam junto com a área como um todo progredir cada vez mais. Temos a obrigação, a responsabilidade de mexer nessa timidez e nesse conservadorismo, nós que temos os instrumentos para isso (MARTELETO, 2001).

Por fim esperamos que os vários segmentos da sociedade possam vir a participar, no futuro, dos processos de avaliação da ciência, já que esta se faz presente e influencia a vida de todas as pessoas com as suas descobertas e aplicações.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética*: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988.

CAPES. *Documento de área*: Comunicação/Ciência da Informação. Período de Avaliação 1998/2000. Comitê de Ciências Sociais Aplicadas I. Disponível em: <www.capes.gov.br>.

_____. *Avaliação internacional da CAPES*. Acesso realizado em 04 agosto de 1997. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>.

DENZIN, Norman K. *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*. 3.ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1989. Cap. 8: The biographical method. p. 182-209.

FERNANDEZ, R. P. *Patterns of communication in brazilian condensed matter physics*: bibliometric and other investigations for the period 1950-1980. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Polytechnic of North London (UK), 1984, 371 p., 5 appendix.

FOX, M. F. Publication productivity among scientists : A critical review. *Social Studies of Science*, v. 13, p. 285-305, 1983.

GUIMARÃES, R. *Avaliação e fomento de C & T no Brasil*: propostas para os anos 90. Brasília: CNPq, 1994, 177 p.

GUSTON, H., KENINSTON, K. The fragile contract: Introduction. In: GUSTON, H. & KENINSTON, K. (Orgs.). *The fragil contract*. Massachussets: MIT Press, 1994. 288p.

IRVINE, J., MARTIN, B. R. L'évaluation de la recherche fondamentale est-elle possible? *La Recherche*, n. 128, p. 1406-1416, 1981.

KONDO, E. K. Desenvolvendo indicadores estratégicos em ciência e tecnologia: as principais questões. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, p. 128-133, 1998.

MARTELETO, Regina Maria. *Entrevista concedida a Gustavo Henrique Freire*. Rio de Janeiro, 2001.

MEIS, L. de, LETA, J. *O perfil da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

PRICE, Derek J. de Solla. *O desenvolvimento da ciência*: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976. 77 p.

TARGINO, M.G., GARCIA, J.C.R. A ciência brasileira na base de dados do *Institute for Scientific Information (ISI)*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n.1, p.103-117, 2000.

TARGINO, M.G. Avaliação dos cursos de pós-graduação: estímulo ou coerção? *Infocapes*: Boletim Informativo, Brasília, v.7, n.1, p. 3-24, jan/mar. 1999.

TRZESNIAK, P. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 159-164, 1998.

VEJA. São Paulo, a.34, n.24, 20 jun. 2001.

VELHO, L. M. Indicadores científicos: aspectos teóricos e metodológicos. In: MARTINEZ, E. (Ed.) *Ciência, tecnologia y desarrollo*: interrelaciones teóricas y metodológicas. Caracas: Nueva Sociedad, 1994, p.307-348.